

O DESÁGIO DA LEITURA

Carollini Silva Thomaz Graciani
carollinigraciani@hotmail.com
Associação Educacional Dom Bosco

RESUMO

O presente artigo é uma análise e ao mesmo tempo beira a uma denúncia da situação que se encontra o cenário atual da prática de leitura, reflexo da educação brasileira. A leitura e sua desvalorização como objeto de estudo apoia-se no percurso histórico e em dados estatísticos para verificar tamanho descaso. A mesma temática que ganha relevância enquanto instrumento para a cidadania, também sofre com práticas ineficientes. O objetivo pretendido será realizar uma passagem pela história da leitura ao longo do desenvolvimento da humanidade e pelos caminhos da leitura frente à história brasileira. Mergulhar no passado para compreender o presente. Analisando dados estatísticos para discutir os resultados atuais e as possibilidades para mudança.

Palavras-Chave: Leitura. Desvalorização. Educação Brasileira.

1. INTRODUÇÃO

O termo “deságio”, de acordo com o Dicionário Aurélio, é um substantivo masculino que remete à perda de ágio; desvalorização, depreciação. Um conceito bastante comum na economia relacionado a: “diferença do valor real e o nominal de uma moeda, quando este é superior àquele”. O título deste presente artigo já é uma indicação do referente assunto que será tratado. A leitura apresenta uma diferença entre seu valor real e seu valor “nominal”? “O deságio da leitura” reside no campo de investigação da desvalorização que a leitura sofre. Desvalorização esta perceptível e gritante diante de dados estatísticos. O objeto de estudo está baseado nestes fatos pautáveis quando o assunto relaciona-se com a prática de leitura e também percorre a história, buscando vestígios que conduziram a este cenário atual. A leitura ganha ênfase em nossa sociedade. É sabido que o domínio da leitura e escrita são armas relevantes para se alcançar o verdadeiro exercício de cidadania. Formar um aluno leitor e que escreve bem não é privilégio atualmente, em uma sociedade “letrada” é necessidade. Relevância que ganha destaque até mesmo no Parâmetro Curricular Nacional de Língua Portuguesa (1996):

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a

responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos.

Percebe-se que há o reconhecimento da importância da leitura, uma vez que se afirma que a comunicação, o acesso à informação e a produção de conhecimento passam por este ato. E ainda revela a responsabilidade da escola, do ensino de língua portuguesa, em garantir este saber a todos os alunos, sendo considerado um direito.

Encontram-se referências no campo de estudo desta temática e a defesa de seu significado. “Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua” (BAKHTIN, 2003). A produção científica brasileira também ganha representantes como Kleiman (2002): “A aprendizagem da criança na escola está fundamentada na leitura”.

Segundo ROSA e ODDONE (2006):

[...] políticas para o setor surgiram expressas na forma de leis mais específicas, como é o caso da Lei do Direito Autoral – Lei 9.610/98 – e a denominada Política Nacional do Livro – Lei 10.753/2003 –, sendo esta voltada para as questões do livro; por meio dela instituiu-se “[...] o instrumento legal que autoriza o Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura” (BRASIL, 2005). As políticas também se manifestaram por meio de programas governamentais, como Próleitura, Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), Fome do Livro e Vivaleitura, assim como programas mais específicos voltados para o livro didático e a biblioteca escolar – Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE) e o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD).

O direito está reservado, políticas são evidenciadas, no entanto dados recentes desvelam uma inquietação, uma diferença de valores, um verdadeiro deságio. O artigo visa demonstrar possíveis motivos que convergem para esta desvalorização da leitura em sua prática escolar. Investigar que o reflexo deste “deságio” passa pela história da leitura até chegar aos dados estatísticos atuais. A pesquisa bibliográfica, selecionada para o presente artigo, possibilita um primeiro contato com a fundamentação teórica diante da problemática proposta. Um método de estudo mais ágil frente a um curto espaço de tempo para a divulgação. Espera-se, assim, sintetizar os principais aspectos referentes à história da leitura e levantar dados estatísticos que demonstrem este “deságio”.

2. História, Leitura & Resultados

2.1 UM PASSEIO PELA HISTÓRIA DA LEITURA

O universo linguístico, a leitura sempre esteve paralela ao desenvolvimento do homem e da sociedade. Um texto do século III “Sefer Yezirah” pertencente a tradição judaico-cristã,

chega ao ponto de relacionar os códigos linguísticos e a sua interpretação ao instrumento de origem da criação e desenvolvimento do próprio universo:

[...] afirma que Deus criou o mundo mediante 32 caminhos secretos de sabedoria, dez Sefirot ou números e 22 letras. Do Sefirot criaram-se todas as coisas abstratas; das 22 letras foram criados todos os seres reais e as três camadas do cosmo - o mundo, o tempo e o corpo humano. (MANGUEL, 2004).

Manguel (2004) ainda ressalta: “A chave para compreender o universo está em nossa capacidade de lê-los adequadamente e dominar suas combinações e, assim, aprender a dar vida a alguma parte daquele texto colossal, numa imitação de nosso Criador”.

Passeando pela história universal da leitura pode-se perceber que em um primeiro momento a leitura era realizada em voz alta.

As palavras escritas, escritas, desde os tempos das primeiras tabuletas sumérias, destinavam-se a ser pronunciadas em voz alta, uma vez que os signos traziam implícito, como se fosse sua alma, um som particular. [...] Diante de um texto escrito, o leitor tem o dever de emprestar voz às letras silenciosas, a *scripta*, e permitir que elas se tornem, na delicada distinção bíblica, *verba*, palavras faladas - espírito. As línguas primordiais da Bíblia - aramaico e hebreu – não fazem diferença entre o ato de ler e o ato de falar; dão a ambos o mesmo nome. (MANGUEL, 2004, p.28).

Se ambos recebem o mesmo nome – o ato de ler e o de falar – isto significa estreita necessidade de se ler em voz alta para transmitir conhecimento e para também recebê-lo. É preciso ter consciência de que no início nem todos dominavam a arte de ler.

Até boa parte da Idade Média, os escritores supunham que seus leitores iriam escutar, em vez de simplesmente ver o texto, tal como eles pronunciavam em voz alta as palavras à medida que as compunham. Uma vez que, em termos comparativos, poucas pessoas sabiam ler, as leituras públicas eram comuns e os textos medievais repetidamente apelavam à audiência para que "prestasse ouvidos" à história. (MANGUEL, 2004, p.29).

Outro aspecto que deve ser evidenciado está no fato de que se a pessoa iria fazer a leitura em voz alta para todos, não havia a necessidade de certa estruturação textual.

A antiga escrita em rolos - que não separava palavras, não distinguia maiúsculas e minúsculas nem usava pontuação - servia aos objetivos de alguém acostumado a ler em voz alta, alguém que permitiria ao ouvido desembaralhar o que ao olho parecia uma linha contínua de signos. (MANGUEL, 2004, p.30).

Aos poucos, regras para facilitar a leitura daqueles que não tinham tanta habilidade aliada também a questões estéticas foram favorecendo o surgimento de sinais de pontuação. Com isso, resulta também na passagem da leitura realizada em voz alta para a leitura silenciosa.

Os primeiros regulamentos exigindo que os escribas ficassem em silêncio nos *scriptoriums* dos conventos datam do século IX. Até então, haviam trabalhado com ditados ou lendo para si mesmos, em voz alta, o texto que estavam copiando. Às vezes o próprio autor ou um "editor" ditava o livro. Um escriba anônimo, concluindo uma cópia no século VIII, escreveu: "Ninguém pode saber que esforços são exigidos [...]". (MANGUEL, 2004, p.31).

Diante da fala de Santo Agostinho percebe-se um novo ato aliado a esta leitura silenciosa, semelhante ao exercício acadêmico que se faz atualmente, reconhecido por fichamento, mais do que ler e memorizar é preciso entendimento:

Sempre que leres um livro e encontrares frases maravilhosas que te instiguem ou deleitem teu coração, não confies apenas no poder de tua inteligência, mas força-te a aprendê-las de cor e torná-las familiares meditando sobre elas, de tal forma que ao surgir um caso urgente de aflição terás sempre o remédio pronto, como se estivesse escrito em tua mente. Quando encontrares quaisquer trechos que te pareçam úteis, faz uma marca forte neles, que poderá servir de visco em tua memória, pois de outra forma eles poderão voar para longe. (*apud* MANGUEL, 2004).

Que imagem se tem nesse passeio realizado pela história da leitura, além da mudança da leitura em voz alta para a leitura silenciosa e do surgimento de regras para este ato? Que visualização enquanto relação da leitura com seu aprendizado escolar?

A passagem do método escolástico para sistemas mais liberais de pensamento trouxe outro desdobramento. Até então, a tarefa de um erudito havia sido - tal como a do professor - a busca do conhecimento inscrita dentro de certas regras, cânones e sistemas aprovados de ensino. A responsabilidade do professor era considerada pública, tornando os textos e seus diferentes níveis de significado disponíveis ao público mais amplo possível, afirmando uma história social comum da política, da filosofia e da fé. (MANGUEL, 2004, p.50).

Este breve passeio pela história da leitura de modo geral desvela o quanto que o ato de ler passa pela própria história de desenvolvimento do homem. Mudanças no ato de ler passam por mudanças de entendimento social, cultural, econômico, político, religioso, escolar e individual. A leitura ao longo da história sempre apresentou um quadro de vislumbre. O domínio do ato de ler ao mesmo tempo que é necessidade encanta o homem. Somente encantamento garante valorização?

2.2 OS CAMINHOS DA LEITURA FRENTE À HISTÓRIA BRASILEIRA

A história do Brasil está marcada pela colonização dos portugueses. Silva (2009) faz referência ao primeiro século de história do nosso país (século XVI), neste momento a relação com a leitura é algo impensável. Quando se objetiva colonizar, a grande preocupação está na exploração dos recursos.

Segundo Moraes (1979, p.1), até a primeira metade do século XVI, praticamente inexistiam livros por aqui, uma vez que ‘os rudes colonos que demandavam ao Brasil estavam mais preocupados em formar lavouras e cortar o pau-brasil do ler e escrever’.

Antes da chegada dos livros passa-se pela situação da imprensa. Se a intenção era colonizar, era também preciso controle. Meios de comunicação não favorecem esta segurança, logo não havia necessidade. “[...] a indústria impressora não era administrativamente necessária nem economicamente possível” (HALLEWELL, 1985 *apud* SILVA, 2009).

No início da colonização no Brasil sabe-se que a educação estava nas mãos da igreja. A educação era instrumento para catequizar. O acesso à cultura era algo para poucos.

Se a impressão de simples folhetos era difícil, quando se pensa no livro a situação não é muito diferente. Esse objeto cultural não era popular nas terras da colônia nesse período. Era para poucos afortunados sociais. Por isso, a partir daí, o valor surgirá entre os colonos. (SILVA, 2009, p. 31).

Não adianta ter o suporte (os livros) sem ter a habilidade para a leitura e a escrita. Silva (2009) ressalta: “No Brasil desse período, a conjuntura político e social emperrava o desenvolvimento da impressão e do acesso de maior parte da população à escola, ao impresso e, conseqüentemente, à leitura”.

Com a expulsão da Companhia de Jesus o cenário tornou-se mais escasso. Os livros existentes eram de domínio da igreja. Foi-se a Companhia, o acervo ficou, porém não foram valorizados, não receberam seu devido aproveitamento. “[...] a quase totalidade foi dilapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embrulhar unguentos”. (MORAES, 1979 *apud* SILVA, 2009).

Passado este período, já na altura do século XIX, adventos como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial provocaram mudanças no mundo todo. O reflexo destes movimentos aqui no Brasil incidiu na vinda da família real. Silva (2009) coloca: “[...] houve a ‘necessidade’ de liberar a impressão. Foi criada a Impressão Régia, responsável pelos documentos do governo, cartazes, sermões, entre outros”. A Imprensa Régia, o surgimento de poucas livrarias e a instalação da Biblioteca Real diante de um acervo considerável são acontecimentos importantes. Em 1811, o Estado da Bahia tem o privilégio de ter a primeira biblioteca pública. Mérito próprio, pois foi iniciativa particular. Em meados de 1822, a independência política favoreceu outro caminho neste percurso da leitura.

Importa vislumbrar que o país, com a independência recém-instituída, vivia uma euforia nacionalista. A busca de parâmetros nacionais torna-se ordem do dia. Além disso, com a liberdade para imprimir, há o gradativo aumento dessa atividade e a ex-colônia foi lançada ao mundo do impresso, principalmente com o desenvolvimento da imprensa nas capitais. (SILVA, 2009).

No século XX, houve uma valorização dos livros infantis, aparecendo assim a figura de Monteiro Lobato. Saindo já do problema de impressão, o país sofreu com a falta de divulgação destes livros. Lobato, então, sendo dono de uma editora, com criatividade estabeleceu uma rede de distribuição. Isto só foi possível com o envio postal a vários locais de comércio. Mesmo já estando no século XX, em sua carta Monteiro Lobato pergunta: “[...] Quer vender uma coisa chamada ‘livro’?”. Pergunta que causa grande impacto.

Lentamente bibliotecas foram sendo criadas, houve uma pausa durante o Estado Novo, mas posteriormente com a Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil iniciativas de

promoção à leitura receberam ênfase. Em 70, iniciativas do governo contribuíram para a educação pública, como programas de livro didático para o Ensino Fundamental e Médio. Em 80, surge o programa “Salas de Leitura” (da Fundação de Atendimento ao Estudante - FAE). Na década de 90, o Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE). Foi exatamente no manual deste programa (Manual Básico da Biblioteca da Escola) que a inquietação do artigo aflorou. Atualmente, este manual que deveria contribuir para a promoção das bibliotecas no país deixa claro a necessidade da própria escola “improvisar o necessário” para atender aos seus problemas com relação à prática de leitura. Uma das questões apresentadas neste manual: **“Problema: A ESCOLA NÃO TEM ESTANTES PARA COLOCAR LIVROS: Solução 1:** Use tijolos e tábuas para improvisar uma estante e colocar os livros”. (BRASIL, 1998, p.12-13). Em 2002, o PNBE desenvolveu a Literatura em Minha Casa: “A ideia era que cada aluno levasse o livro para casa e o compartilhasse com familiares e amigos”. (BRASIL, 2006 *apud* SILVA, 2009). Visando ainda melhorar a leitura no país, em 2006, desenvolve-se o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). Silva (2009) afirma:

O PNLL é um plano ambicioso, pois sua proposta busca abranger a leitura não apenas pela distribuição de livro, mas ampliar o olhar para a cadeia que envolve: a biblioteca, a pesquisa e a formação do mediador, além da indústria do livro. Se este plano governamental tem mérito, é preciso esperar que as metas avancem além da Lei e se transformem em realidade.

2.3 ESTATÍSTICAS DA LEITURA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ATUAL

Saindo deste mergulho na história da leitura no Brasil. Para se verificar a realidade “além da Lei” é preciso pautar-se em estatísticas. O Instituto Pró-Livro tem como questão: “Não se constrói um país de cidadãos conscientes, competentes e que compreendem criticamente o que leem e escutam sem lhes possibilitar o acesso a livros e leituras de qualidade”. Diante da 3ª edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil em 2011 podem-se analisar algumas interrogações:

Como despertar no jovem o gosto pela leitura? Quais práticas são efetivas na mediação da leitura? Como formar professores leitores? Como transformar municípios em municípios leitores? Qual o percurso para a construção de um país de leitores? O que já percorremos nessa construção? O que falta construir? (INSTITUTO PRÓ-LEITURA).

Alguns dados chamam a atenção frente a esta única pesquisa de alcance nacional com relação ao perfil do leitor brasileiro.

Com relação ao que os brasileiros mais gostam de fazer em seu tempo livre 85% gosta de assistir televisão e 28% gosta de praticar a leitura. O significado da leitura para 64% da população entrevistada é sinônimo de fonte de conhecimento para a vida, envolve atualização profissional, conhecimento para a escola e somente 18% vê como uma atividade prazerosa. No entanto, 64% concordam com a afirmação de que o hábito de ler pode proporcionar uma melhoria na condição socioeconômica. Diante do conceito de leitor: “[...] aquele que leu,

inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses”. Verifica-se cerca de 50% da população (88 milhões de pessoas) que são consideradas leitoras, porém também se verifica que a outra metade da população ainda não é considerada leitora. Dentro desta questão percebe-se um público maior sendo feminino de 57% e a porcentagem maior na faixa etária está ente os 30 a 49 anos, ou seja, são dados de pessoas que já não estão mais na escola. Pode-se considerar um público leitor de estudantes entre 48% da população. A classe social que mais lê está na classe C. A média de livros lidos nos últimos três meses pertencendo ao público considerado leitor é de 3,74 livros no total. A grande maioria deste resultado refere-se à leitura feita em partes e por iniciativa própria. Entre estudantes leitores a média também permanece em 3 livros, porém a leitura realizada em grande parte é por indicação escolar. Um dado que surpreende está no fato da Região Centro-Oeste ser aquela com a maior média de livros lidos nos últimos três meses (2,12 livros no total) e em segundo lugar está a Região Nordeste (com 2,00), deixando na terceira posição a Região Sudeste (com 1,85 livros lidos no total). Com relação à preferência dos leitores 53% opta por revistas, seguido de 48% por jornal e 47% de livros indicados pela escola. A frequência de leitura por tipo de suporte demonstra que 1 vez por dia é lido textos escolares, 1 vez por semana textos de trabalho e 1 vez por mês livros em geral. Os gêneros mais comuns de leitura são: 42% Bíblia, 32% livros didáticos e 31% de romance. No entanto, nos gêneros lidos frequentemente estão 66% nos livros didáticos. Em uma lista de escritores brasileiros mais admirados estão: Monteiro Lobato, Machado de Assis, Paulo Coelho, Jorge Amado e Carlos Drummond de Andrade. Um dos autores que deixa de ser citado em uma listagem de 25 autores está Ruth Rocha tão presente na vida escolar. 51% da população não está lendo nenhum livro ou não lembram do último que leram. Quanto à posse do livro lido, 59% devolveram à biblioteca. 49% da população entrevistada estão lendo mais do que o ano anterior. 78% não estão lendo mais, por falta de interesse, seguida de 50% de falta de tempo, não por dificuldade ou acesso. 75% lê mais por prazer contra 25% por obrigação. 55% da motivação volta-se para a atualização cultural, 49% no prazer e 36% por exigência escolar - último item chega ser contraditório, pois se é exigência, foge da motivação. Tem importância como fator para leitura: o tema, o título do livro e a indicação de outras pessoas. Dos lugares para a leitura: 93% prefere ler em casa, 33% em sala de aula, 13% no trabalho e 12% nas bibliotecas. Os principais influenciadores para o hábito da leitura são: 45% o professor, seguido de 43% mãe e 17% pai ao lado de 17% por conta própria. Sendo que do público leitor 39% nunca viram a mãe lendo e 52% nunca viram o pai fazendo a mesma ação. E ainda a frequência com que ganhou livros está em 60% dos que nunca ganharam 94% do público leitor lê sozinho. Com relação ao

acesso e a compra de livros 56% da população nunca comprou livros (o que equivale a 150,5 milhões de brasileiros). 75% da população não usa a biblioteca. Quando o assunto é o gosto pela leitura, verifica-se o resultado abaixo:



Figura 1: Gráfico referente ao gosto pela leitura – Instituto Pró-Livro (2011)

37% da população brasileira gosta um pouco de ler contra uma pequena diferença de 30% que não gosta.

Analisar estes dados permite verificar a situação que se encontra a população brasileira quando o assunto é leitura. Não há dados explícitos que relacionem leitura e a educação atual. Todavia, é possível perceber em alguns dados que de um jeito ou de outro a leitura passa pelos livros didáticos e relaciona-se com exigência, obrigação e desinteresse. O que é preocupante, pois a escola deve ser o ambiente propício para o desenvolvimento do hábito da leitura e mais: para o gosto do ato de ler. Sabe-se também que se não houvesse essa “exigência” a porcentagem de leitores seria muito reduzida. Ao longo da história percebeu-se este descaso com a leitura o que reflete hoje em percentuais, em dados pautáveis. Mesmo assim, seguindo uma linha positivista, ainda há esperança para mudanças neste cenário. Vide o fato de que o maior incentivador de leitura reside na figura docente.

3 Considerações Finais

O estudo da história serve para demonstrar os fatos. Por meio dela é possível reflexão de todo um constructo em torno da específica história da leitura. Tema este que se mistura com o desenvolvimento da história humana. A história geral ainda apresenta um lado romântico pelo ato de ler. A história do Brasil já demonstra certo descaso. Culpa do povo

brasileiro? Culpa do tipo de sua colonização, talvez. Por mais que se perceba este deságio da leitura, por meio de práticas de leitura ineficientes, desinteressantes, sempre em paralelo está a consciência de sua importância, de sua necessidade, seja como fonte de conhecimento, de prazer como arma para o exercício da cidadania. Caminhar por fatos históricos da leitura, saindo de uma visão universal seguida da visão local, permite uma estruturação, uma sintetização desta temática. Somente, assim, com este esquema básico de desenvolvimento da leitura ao longo do desenvolvimento da sociedade é possível evidenciar os resultados atuais. Chegar aos dados estatísticos de uma pesquisa de âmbito nacional é poupar tempo e precisão de uma pesquisa quase impossível para tarefa de uma mera acadêmica. A riqueza de detalhes surpreende ao verificar o perfil do leitor brasileiro. Surpreende mais em aspectos preocupantes do que qualitativos, porém serve para retratar a realidade de forma bruta, sem sensacionalismo político. Analisar este perfil permite encontrar possíveis raízes para o problema, permite a própria identificação de perfil em determinadas situações. A leitura tem caminhado nestes últimos séculos, mas ainda há muito que fazer. Números não são suficientes para apagar um deságio deste porte. É preciso identificação de prazer no ato de ler, é preciso quebrar o estigma de ler por obrigação escolar. O artigo “O deságio da leitura” não vem para mostrar o que deu errado para justificar a situação presente. Vem para provocar reflexão e entendimento deste processo para que se encontre, por meio da indignação, possibilidades de mudança. O professor é a principal figura e exemplo de leitor para os alunos. Cabe a ele uma prática de leitura estimulante, ao governo apoio e recursos, a família incentivo, exemplos e a sociedade o reforço na concepção de que a leitura promove cidadania, mas só se for por meio de uma leitura crítica e satisfatória.

REFERÊNCIAS

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, Rovilson José da. **Biblioteca escolar e a formação de leitores: o papel do mediador de leitura**. Londrina: EDUEL, 2009.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. **Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca**. Brasília: Ci. Inf., set./dez. 2006, v. 35, n. 3, p. 183-193. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a17.pdf> Acesso em: 08 jun. 2014.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Pesquisa retratos da leitura no Brasil**. 3 ed. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2834>> Acesso em: 08 jun. 2014.